



A QUESTÃO SOCIAL NA HISTÓRIA: APONTAMENTOS SOBRE A CONJUNTURA BRASILEIRA

The Social Issue in history: notes on the brazilian situation

Maria Elizabeth Santana Borges *

 <https://orcid.org/0000-0001-8114-0790>

Ermildes Lima da Silva **

 <https://orcid.org/0000-0002-4365-3744>

Ana Livia Adriano ***

 <https://orcid.org/0000-0002-8061-5114>

Gabriela Bonfim Silva Coutinho ****

 <https://orcid.org/0000-0002-8522-6521>

Letícia Reis da Silva *****

 <https://orcid.org/0000-0003-3674-0572>

Yasmin de Oliveira Matos Azevedo *****

 <https://orcid.org/0000-0001-6926-4037>

* Assistente social. Doutora em Serviço social (UERJ). Docente do Curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, Brasil). Estrada de São Lázaro, n. 197, Federação, Salvador/BA. CEP. 40210-730. E-mail: bethborges@gmail.com.

** Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFAL, Maceió, Brasil). Avenida Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió/AL. CEP. 57072-900. E-mail: ermildeslima@gmail.com.

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social (PPG/UFRJ). Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis S/N, Campus do Gragoatá, Bloco E, São Domingos, Niterói/RJ. CEP: 24210-201 E-mail: analivia@iduff.br.

**** Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, Brasil). Rua Aristides Novis, n. 197, Estrada de São Lázaro, Salvador/BA, CEP 40210-730. E-mail: gabrielabonfim_coutinho@hotmail.com.

***** Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica/PIBIC/FAPESB. (UFBA, Salvador, Brasil). Estrada de São Lázaro, n. 197. Federação, Salvador/BA. CEP. 40210-730. E-mail: letyreis_silva@hotmail.com

***** Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal da Bahia. (UFBA, Salvador, Brasil). Estrada de São Lázaro, n. 197. Federação, Salvador/BA. CEP. 40210-730. E-mail: yasmin.17aze@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p126-142

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

RESUMO

O presente artigo objetiva elucidar as bases estrutural, histórica e política da questão social na formação social brasileira, para compreender as suas contradições e mediações na conjuntura atual. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada por uma revisão bibliográfica, de base teórica-histórica embasada no método marxiano. A questão social é apreendida como objeto de estudo e como realidade social, organicamente vinculada ao desenvolvimento capitalista, e nos marcos da sociedade brasileira, no entrelaçamento com uma estrutura escravocrata, colonial e dependente. No tempo presente a questão social em si é explosiva e recrudesce em suas expressões mais violentas, vivenciadas diariamente pelos estratos mais explorados da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE

Questão Social. Formação social. Escravidão. Lutas de classes.

ABSTRACTS

The present article aims to elucidate the structural, historical, and political bases of the social question in the Brazilian social formation, in order to understand its contradictions and mediations in the current conjuncture. This is qualitative research, carried out through a bibliographic review, with a theoretical-historical basis based on the Marxian method. The social issue is understood as an object of study and as a social reality, organically linked to capitalist development, and within the framework of Brazilian society, intertwined with a slave-owning, colonial, and dependent structure. In the present time, the social issue itself is explosive and intensifies in its most violent expressions, experienced daily by the most exploited strata of the working class.

KEYWORDS

Social Issue. Social formation. Slavery. Class struggles.

Submetido em: 11/8/2021.

Aceito em: 1º/12/2021.

NA TRILHA DO CONCEITO E INSPIRAÇÕES INICIAIS

*Quem pode separar o seu navio das ondas em que navega?
Contra a correnteza e o vento só é possível avançar pequenas distâncias.
Goethe (carta a Schiller)*

Analisar o tempo presente, como constructo humano e socialmente determinado, é uma das tarefas mais espinhosas e necessária aos que buscam compreender as configurações societárias que demarcam a contemporaneidade e é, também, uma exigência aos que se confrontam intransigentemente com a barbárie. Este ensaio é uma resposta a esta exigência; é um esforço de compreender o vento e as correntezas que atravessam a questão social na história da formação social brasileira.

É produto dos estudos e pesquisas, realizados por professoras e estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹, em torno do tema questão social e Serviço Social, cujo acúmulo tem como intencionalidade primeira problematizar as apreensões teórico-críticas que o Serviço Social vem construindo, ao longo das três últimas décadas, acerca dos fundamentos da

¹ As reflexões aqui apresentadas foram inicialmente sistematizadas no artigo intitulado “Um debate na primavera: as interfaces entre questão social e ‘questão racial’ como objeto de estudo e realidade profissional”, apresentado durante o I Simpósio de Serviço Social e Relações Étnico-Raciais/ UNIFESP (dez. 2020), atualizado neste artigo com o enfrentamento das lacunas e a incorporação de novas questões ao debate da questão social, de sua processualidade histórica e particularidades na conjuntura brasileira, acrescido de reflexões sobre o vínculo medular entre questão social, classe e serviço social (sendo esta última, espaço teórico e ideopolítico nos qual desenhamos tais debates).

sociabilidade burguesa, da formação social brasileira e da questão social, enquanto uma das possíveis sínteses do processamento histórico das relações sociais sob a égide do capital.

Desse modo, sustentam-se os acúmulos analíticos sobre a questão social, os quais vêm nos permitindo desvelar sua dimensão estrutural e histórica como o caminho para compreender, na conjuntura atual, como estas dimensões se explicam na formação social brasileira e se atualizam na reprodução de desigualdades, em especial destaque as de natureza raciais. Os eixos de argumentação buscam explicitar o caminho de constituição da dominação burguesa no Brasil.

Um ponto de partida em nossos estudos e reputamos como fundamental, foram os textos basilares da Revista *Temporalis* n. 3, que agora completa 20 anos, quando localizamos que a emergência do conceito “questão social” possui uma história recente, vinculada à terceira década do século XIX. Nos textos ali disponíveis vimos a afirmação de que, a expressão surge para dar conta do fenômeno do pauperismo e seus desdobramentos sociopolíticos, sob os impactos da primeira onda industrializante da Inglaterra desde o século XVIII, demonstrativo de que os conceitos não existem deslocados da realidade concreta.

A questão social é aqui apreendida no caráter antagônico da acumulação capitalista, pois, pelas mesmas razões que se produz riqueza, produz-se a miséria ampliada da classe trabalhadora (MARX, 2017), imbricada à exploração do trabalho pelo capital e às lutas sociais travadas pela classe trabalhadora. Entendemos ser o engajamento político da classe operária, com uma perspectiva de superação da sociedade capitalista, que tem, na questão social, o objeto de suas lutas. Tem-se, assim, as bases fundamentais que elucidamos para apreensão da questão social: sua conformação *estrutural, histórica e política*.

Para fins didáticos, dedicamo-nos inicialmente aos estudos da dimensão estrutural da questão social, por entender seu vínculo com a relação entre capital e trabalho, porque resulta do processo de acumulação capitalista, quando assume múltiplas refrações e formas de manifestações no movimento das classes sociais, com as diferenciações no percurso de cada formação social, em determinados tempos históricos. No campo político, tem-se os seus desdobramentos, ao se tornar objeto de lutas sociais, rompendo o domínio privado do antagonismo entre capital e trabalho.

Desse modo, salta aos olhos a necessidade de se levar em conta a complexa totalidade das relações e particularidades que mediatizam a temática aqui discutida, razão pela qual, mesmo no caráter universal da exploração do trabalho pelo capital, objetiva-se investigar as peculiaridades desse fenômeno em nossa formação econômica e social. Nessa esteira, pode-se suscitar, também, como já mencionado, o que Netto (2011a) aponta como problema teórico: a determinação concreta da relação entre as expressões emergentes da questão social e as modalidades imperantes de exploração – as quais se intensificam e se renovam, ao tempo que se revigoram os estágios de desenvolvimento da dinâmica societária da ordem capitalista.

Portanto, buscamos no método marxiano a compreensão sobre o fenômeno questão social, dentro do processo de acumulação capitalista e, na particularidade da formação social e histórica brasileira, pois, pensar a questão social no Brasil exige compreendê-la nos elementos estruturais do capitalismo, como dinâmica global, e à luz das particularidades da formação social. Por isso,

delimitamos a categoria *formação social*² como fundamental para este trabalho, já que nos fornece embasamentos sobre a constituição do capitalismo no Brasil e a formação/articulação da classe trabalhadora e de seus processos de resistências. Ainda que não tenhamos elaborado com mais densidade a relação entre o modo de produção capitalista, como a totalidade que submete as dinâmicas econômicas e políticas de cada formação social, apontamos o processo de construção de mediações para decifrar a particularidade brasileira, dentro do complexo categorial universalidade-particularidade-singularidade.

Os estudos nos levaram a dois caminhos interconectados e aqui expostos em breves linhas: i) elucidar as bases estruturais, históricas e política da questão social na formação social brasileira, cujo percurso investigativo nos conduziu a uma incursão histórica, e nesta dimensão, encontre-se a correlação com as relações raciais; ii) discutir elementos conjunturais da realidade brasileira, buscando atualizar a temática. Ambos, num movimento singular, incidem sob a necessidade de depurar os traços de continuidade e de ruptura que amalgamam o processamento da questão social no Brasil, colocando a história no centro do debate, na perspectiva de evitar, em nossas análises, uma romantização do passado (HOBSBAWM, 2013) ou uma supervalorização do presente, uma vez que a história não se configura como “[...] uma cadeia singular de particularidades, sem nenhuma ligação dinâmica com os fatores que associam povos distintos através de civilizações comuns” (FERNANDES, 2005, p. 32).

Entre o passado e o presente buscamos compreender os processos sociais que conformam a contemporaneidade, afinal, se o passado atribui seu sentido a “[...] uma continuidade coletiva de experiência [...]” (HOBSBAWM, 2013, p. 38), lança forma ao sentido do futuro (e, por conseguinte, do presente) – cujos elementos estão além das cronologias ou etapismo – , “no qual a hegemonia de uma forma (mudança histórica) não exclui a persistência, em diferentes meios e circunstâncias, de outras formas de sentido do passado” (HOBSBAWM, 2013, p. 42). Trilhando por esta senda, buscamos, então, localizar a emergência do fenômeno questão social no Brasil.

A EMERGÊNCIA DA “QUESTÃO SOCIAL” NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Muitas têm sido as incursões teórico-metodológicas para apreensão e intervenção junto às múltiplas refrações da questão social no campo das ciências sociais e, especialmente, no Serviço Social brasileiro, ainda que persista uma questão recorrente: o que é a questão social? As últimas

² No Prólogo de 1859 da *Contribuição da Crítica da Economia Política*, Marx afirma que na produção social, “[...] os homens entram em relações determinadas, indispensáveis e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se ergue uma superestrutura legal e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral” (MARX, 2009, p. 47). A atribuição dos fundamentos materialista à compreensão da processualidade histórica instaura, por sua vez, nexos políticos e chaves de leituras interpretativas no debate da formação social do Brasil, à medida que “[...] na interpretação marxista da história da sociedade brasileira lida-se principalmente com as relações, processos e estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância” (IANNI, 2004, p. 77). Reconhecemos que há um extensivo e heterogêneo debate sobre modo de produção e formação econômica e social, contudo a complexidade das questões assinaladas não ganhará centralidade e fôlego analítico neste artigo, mas se apresentam como norteadoras das reflexões aqui apresentadas.

quatro décadas evidenciaram uma densa e variada produção, que visa captar a realidade em sua historicidade, dinâmica e complexidade. Assim, ao situar a questão social como objeto de estudo e como realidade social, torna-se fundamental o mergulho em referenciais críticos que possibilitem construir as mediações teórico-práticas para desvelar o conjunto de relações sociais na cena contemporânea e aprofundar as raízes estruturais e subjetivas da sua conformação no processo de formação econômica e social do Brasil e sua materialização como desigualdades sociais e raciais.

No campo teórico-conceitual, Santos (2012) apresenta uma importante chave de análise: a questão social não pode ser elevada ao estatuto de uma categoria analítica, no sentido marxiano, como “forma de ser, determinação da existência”, devendo ser entendida como um conceito de natureza reflexiva. A questão social, nestes termos, alude ao modo pelo qual a realidade se apresenta; o que tem existência real é o modo como se produz riqueza e desigualdade, numa dinâmica concreta, numa determinada sociedade.

Localizamos nos estudos de Silva (2014) uma novidade nos debates do início do século, quando propõe recuperar o processo histórico da formação social brasileira, ao fazer a discussão sobre a questão social no Brasil. Em sua interpretação, existiria a *questão social latente* e a questão social propriamente dita. Assim, no momento de latência, ela estaria ligada à raiz colonial-escravista, como sinônimo da contradição, exploração, acumulação, conflitos e lutas geradas no interior da sociedade brasileira, no processo de vinculação ao capitalismo comercial. Embora não desenvolva plenamente sua tese sobre o significado de latência, captamos sua ideia central de que não existiria, por parte dos sujeitos que lutavam por um projeto de superação do colonialismo, uma consciência política revolucionária, desenvolvida a partir do período industrial, com as lutas operárias, marcando o momento em que a questão social deixa de ser latente e passa a ser politizada.

Estas interpretações iluminaram a busca de novos aportes teóricos, para delimitar as características da questão social no Brasil, como uma particularidade histórica. Assim, passamos a nos dedicar ao estudo da sociedade brasileira como uma particularidade a ser conhecida, buscando localizar os elementos estruturais e históricos que a formam. Além disso, não só o ponto de partida geral deste estudo, que é a questão social, nos levou a esse rumo; os próprios processos políticos atuais, que agudizam as relações sociais em sua totalidade, chamam a atenção para a interconexão das categorias classe e raça, como bem expressado por Ianni (1978), Caio Prado Jr. (2011), Moura (1994a), Gorender (2016) e Almeida (2018), autores referenciais em nossas análises.

Nos estudos sobre formação social brasileira, identificamos como a escravidão, o racismo e o capitalismo se entrelaçam na constituição da sociedade, em processos não lineares, mas marcados por continuidades e rupturas. Nesse sentido, o esforço de análise teórico-histórica não consiste apenas em reforçar o peso e a forte influência do passado escravista do país, mas, também, buscar desvendar, a partir de mediações históricas, os elementos universais e particulares da formação social, como em Ianni (1978), que chama atenção para “[...] a importância explicativa do passado no entendimento do presente” (IANNI, 1978, p. 125).

No curso de análise, afirmamos que não é possível compreender classe sem analisar raça, assim como não é possível compreender raça de maneira segregada à classe, uma vez que a relação entre ambas é intrínseca na formação da classe trabalhadora brasileira, sobretudo pelo próprio

processo de estruturação do trabalho sob o pilar da escravidão, cujo regime de exploração do trabalho humano escravizado durou por mais de trezentos anos, forjando um racismo tenaz em nossa sociedade.

Outrossim, é preciso compreender o papel desempenhado pela escravidão e pelo colonialismo no próprio processo de formação do Estado brasileiro e como se alastram, aos dias atuais, práticas neocolonialistas e formas de subjugar a vida pelo poder da morte. Em contextos marcados por uma crescente criminalização e militarização das expressões da questão social, em que a função social do Estado está cada vez mais submetida à dinâmica penal, o racismo torna-se central para reatualizar os mecanismos de repressão à classe trabalhadora.

Caio Prado Jr. (2011) e Octávio Ianni (1978), resguardadas suas diferenciações históricas e teóricas, apresentam um importante legado para compreender a inserção e o papel do Brasil e demais países do Novo Mundo, no capitalismo comercial em desenvolvimento na Europa. Prado Jr. demarca o traço primordial da economia brasileira: a produção extensiva para os mercados do exterior, (re)definindo o processo de subordinação econômica do país.

Na interpretação do autor, a escravidão foi “[...] um recurso de oportunidade de que lançaram mão os países da Europa, a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do chamado Novo Mundo” (PRADO JR., 2011, p. 287). Essa forma moderna de escravidão difere, portanto, qualitativa e quantitativamente em relação à escravidão do mundo antigo. Nos países da América Latina, as iniciativas de trabalho forçado e o tráfico de pessoas escravizadas foram também junto aos povos indígenas, que dada a condição degradante e de espoliação sucumbiram, o que resultou, posteriormente, especialmente no Brasil, na escravização de negros africanos em números muito maiores.

Assim sendo, a escravidão foi primordial para o processo de colonização das Américas, como um capítulo da história do comércio Europeu. Nas palavras de Prado Junior (2011):

[...] se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes, depois, algodão, e em seguida café, para o comércio Europeu [...]. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO JUNIOR, 2011, p. 29).

Seguindo esta linha de interpretação, Ianni (1978) apresenta fundamentos históricos importantes para apreensão da intrínseca relação entre escravidão e capitalismo. O autor demonstra e ratifica que, no mesmo momento histórico em que a Europa implantava o trabalho livre no processo de acumulação primitiva, as Américas e as Antilhas estavam sob o jugo do trabalho compulsório e escravizado. É, pois, no contexto do capital comercial, cuja configuração histórico-estrutural é dada pelo mercantilismo, que, em uma mesma processualidade histórica, criam-se as condições estruturais para a formação do capitalismo na Europa, especialmente na Inglaterra, e produz, dinamicamente relacionado, a escravatura nas Américas.

Ianni confirma que o motor desse processo foi o capital comercial, à medida que ele se expandia através da colonização, no chamado Novo Mundo. Portanto, a colonização e a escravidão

vivenciadas pelo Brasil, e demais colônias, possibilitaram o surgimento do trabalhador livre na Europa. Logo, havia uma coexistência da formação do trabalho livre na Europa e o trabalho escravizado e compulsório nas colônias. Com isso, Ianni (1978) lança luz à categoria formação social escravista, como sociedade organizada, política e economicamente, na qual escravo e senhor pertenciam a castas distintas.

Dada a relação dialeticamente articulada e contraditória entre trabalho livre e trabalho escravizado, o processo de abolição da escravatura, na leitura deste autor, é ocasionado pelo desenvolvimento do capital industrial, ocorrido nos séculos XVI a XVIII. O desenvolvimento do capitalismo industrial não podia mais ser acompanhado por formações sociais escravistas, pois estas estariam em descompasso com a dinâmica das forças produtivas e das relações de produção capitalistas, estabelecendo de *forma desigual e combinada* um capitalismo periférico e dependente.

Com essa compreensão, emerge a necessidade de aprofundar os estudos sobre a presença dos negros escravizados na constituição do capitalismo brasileiro, buscando autores que fazem a crítica teórica e atualizam as pesquisas sobre o tema das relações étnico-raciais no Brasil. Apontase, então, a categoria analítica *escravidão* como um processo que forja o conceito de raça e de seu conseqüente, o racismo, presente no conjunto das relações sociais e na nossa história de país.

Encontramos em Almeida (2018) a explicação de *raça* como um conceito relacional e histórico, que reflete relações de conflito, poder, contingência e decisão, manifestadas em atos concretos ocorridos no interior da estrutura social. Para o autor, no plano histórico, foram as circunstâncias do século XVI, com a expansão econômica mercantilista e a cultura renascentista, que forneceram a base material e um sentido específico à ideia de raça. Tais circunstâncias possibilitaram as bases intelectuais e econômicas para o colonialismo.

Esta leitura é fundamental, por relacionar a história do Brasil aos interesses do país colonizador, em nosso caso, Portugal, fornecendo elementos para vincular a economia colonial ao nascente capitalismo comercial, quando o que aqui se produzia estava a serviço da acumulação de riqueza externa. Vemos como ponto crucial, ao localizarmos a entrada do Brasil na ordem do capital e, logicamente, os diferentes tempos históricos em que se conjugam os interesses mercantilistas, quando o capitalismo se consolida como poder dominante no mundo.

A obra seminal de Jacob Gorender *O escravismo colonial* (2016) apresenta como o capitalismo brasileiro, no processo de acumulação original contemporâneo, nasceu do escravismo e, portanto, capitalismo e racismo são formas de opressão e exploração interligados pelo sistema escravocrata. Ele demonstra, na realidade empírica, o caráter historicamente novo do escravismo moderno e sua dependência do mercado não-escravista, razão do caráter colonial. Para ele, o racismo no Brasil tem suas raízes na exploração dos escravos na era colonial, sendo este um marco histórico da sociedade.

Segundo o autor, as lutas dos negros nesse período tinham o sentido de afirmação da humanidade do escravizado, o ódio era ao senhor, seu opressor. Esses trabalhadores, ao se tornarem livres para o assalariamento, vieram a constituir a classe operária do regime assalariado, ainda que grande parte dos indivíduos escravizados não pudessem ser absorvidos no regime assalariado, sendo expulsos para a vida ociosa, viraram os “vadios”. Esse processo de

constituição do trabalho livre significou o fim do regime escravista, que se fez pela transposição de escravocratas para burgueses. A oligarquia de base agrária passou a ser o agricultor capitalista moderno.

Buscando encontrar o elo da questão social e as relações étnico-raciais, Clovis Moura (1994a) apresenta profícuas análises, especialmente da dinâmica dialética do modo de produção escravista no Brasil. Em sua leitura, a escravidão teve duas fases distintas: uma ascendente, chamada de *escravismo pleno*, que vai de 1550 com a introdução do modo de produção escravista, até 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz³ e, a segunda, chamada *escravismo tardio*, instaurada na fase descendente da escravidão, a qual se dá de 1850 a 1888. Em sua análise, é nesse momento que ocorreu o “[...] cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista” (MOURA, 1994a, p. 53).

Na obra são apontados dois fatores culturais relevantes no período da escravidão, que possibilitaram a resistência social do negro escravizado e do livre até hoje: a criação de uma língua comum e a preservação das suas religiões por nichos de resistência. Isto revela que, embora não existisse a consciência do significado social dos atos de autopreservação, as estratégias foram criadas, o que se tornou, posteriormente, resistência social, *parte da consciência política forjada*. Então, o desenvolvimento urbano do país, com ênfase para o exemplo do estado de São Paulo, devido às reminiscências históricas do modo de produção escravista, foi forjado sob o preconceito racial e por um processo de marginalização imposto ao negro, dois determinantes do seu comportamento individual e das suas formas de organização.

É importante ainda destacar a confluência entre o racismo e a colonização, uma vez que o sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras incorporam o racismo como uma justificativa da invasão e do “[...] domínio das áreas consideradas ‘bárbaras’, ‘inferiores’, ‘selvagens’ que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações ‘civilizadas’” (MOURA, 1994b, p. 3). Desse modo, ainda que racismo tenha um significado polimórfico e ambivalente, enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira, cumpre um papel político, social e ideológico. Como alerta Clóvis Moura: constitui uma *ideologia de dominação*.

Assim, o racismo como “elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p. 15) estrutura a relação conflituosa entre capital e trabalho, e assim a chamada “questão social”. Sem dúvida, a sua raiz está no capitalismo e é alimentada na herança colonial e escravista da sociedade brasileira. Entretecem, assim, os fios das relações de classe e raça no Brasil, desde as especificidades da formação da nossa classe trabalhadora, da característica de superexploração da força de trabalho, às experiências de lutas históricas.

Sobre as permanências e rupturas do lastro escravista e colonial e sua interrelação com os interesses da burguesia brasileira, Gorender (2016) defende não ter acontecido uma revolução burguesa em 1930, mas a dominação burguesa, na defesa de interesses gerais e estratégicos para promover o controle ideológico, sindical e policial do operariado e considera que *a abolição da escravidão foi a única revolução social ocorrida no Brasil*. Para ele, as greves de 1917-1919 obtiveram conquistas parciais, locais, regionais, que foram generalizadas no Estado Novo de

³ Lei 581, de 04 de setembro de 1850, estabeleceu medidas para repressão ao tráfico de africanos no Brasil Império.

Getúlio Vargas, ainda que prevalecesse a repressão dos capitalistas às reivindicações dos trabalhadores.

Para Coutinho (2012), o processo que resultou na legislação trabalhista dos anos 1930, consolidada em 1943, derivou de uma verdadeira *revolução passiva*, num desenrolar dialético, em que o objetivo de conservar a ordem, por parte das classes dominantes, foi concomitante ao acolhimento das demandas dos subalternos. Nessa perspectiva, a modernização trabalhista brasileira não se desatrelou de um movimento por meio do qual, guardadas as suas complexidades, se conservam velhas estruturas.

A nossa concordância com as explicações fundamentadas nessa historiografia crítica, nos levou a fixar *que o racismo estrutura as relações sociais no Brasil, daí estar impregnado na constituição da classe e na realidade da questão social e, por conseguinte, se realimentando contemporaneamente*. Compreender a atualidade desses elementos na conjuntura atual, demarcando aqui a última década, é um necessário e fecundo exercício de estudos e pesquisas, cujas sínteses buscaremos brevemente anunciar.

A REALIDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Seguindo o caminho proposto para o estudo da questão social, adentramos nos elementos conjunturais que compõem a realidade do Brasil, ou seja, como vem à tona neste século e como ela se expressa, reafirmando a relação intrínseca entre a questão social e as relações étnico-raciais. Mesmo na compreensão da conjuntura, não é possível se descolar da dimensão estrutural, por isto, o reconhecimento dos acontecimentos vem entrelaçado com as explicações teórico-críticas de autores dedicados aos estudos econômicos, reveladores de contradições e formas de desigualdades sociais e raciais existentes.

A primeira constatação, inspirada em Löwy (2016), é que, quando olhamos a movimentação das classes sociais no Brasil, da primeira metade do século passado até hoje, percebemos o culto a uma visão de harmonia social, desde Getúlio Vargas até a gestão do Partido dos Trabalhadores, com Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016), quando se revelou uma verdadeira coalizão social-liberal. Entretanto, a olhos nus, é possível constatar que esta harmonia é parte da construção ideológica que esconde a violência das relações institucionais desde sempre, e muito mais acirradas no contexto atual.

Segundo Filgueiras (2018), o padrão de desenvolvimento capitalista vigente no Brasil, iguala todos os governos que se sucederam no país desde 1990. A despeito de diferentes Regimes de Política Macroeconômica (RPM) adotados, que delimitam conduções e administrações diversas em cada um dos governos, nos interessa perceber que a forma concreta específica assumida pela mundialização do capital e o neoliberalismo no Brasil tem sido, desde o final do século passado, *liberal e periférico*.

O padrão liberal é formatado a partir da abertura comercial e financeira, das “[...] privatizações e da desregulação da economia, com a clara hegemonia do capital financeiro. E é periférico porque o neoliberalismo assume características específicas nos países capitalistas dependentes” (FILGUEIRAS, 2018, p. 530). Inicia-se, então, com o Governo Collor (1990-1992) e é legitimado e aprofundado com os Governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002); se perpetua nos

Governos Lula da Silva (2002 a 2010) e Dilma Rousseff (2010 a 2016), enrijecendo-se no Governo Temer (2016-2018) e no atual Governo Bolsonaro (2018-2022).

Analisando a composição do Estado, Braz (2017) continua a leitura das classes sociais, afirmando que a formação social do Brasil legou uma classe dominante violenta, preconceituosa, antidemocrática, mesquinha e egoísta. Além do racismo, como alimentador de uma cultura de classe dominante, menciona-se o pouco avanço da cultura política em relação à laicidade e a presença contínua da intolerância religiosa, assim como da misoginia. Estes são traços antidemocráticos, de intolerância, parte de um fenômeno estrutural, mas que é reavivado na atual conjuntura, ao promover uma ascensão alarmante de forças conservadoras reacionárias.

Embora possamos reconhecer que os governos petistas foram conduzidos por um “bloco político” que acolheu de forma mais plural as demandas dos diversos segmentos de classe, abrindo possibilidade para atender as condições mínimas dos segmentos mais pauperizados dos trabalhadores e gerar um aparente impacto material nas condições de vida da classe trabalhadora (sem, no entanto, romper com os princípios e diretrizes do neoliberalismo e não tocar nos privilégios das grandes fortunas), as esperanças foram abandonadas pelo reformismo e a reatualização da política de consensos. Nestes tempos, “[...] a questão da política parece ter perdido sua aspereza e se transformado na gestão e formulação de pactos sociais” (DIAS, 2004, p. 16).

Numa avaliação diversa de nosso campo de debate, ainda que não sendo nossa referência analítica, Safatle (2012), apresenta uma síntese que vale a pena registrar, ao considerar que o Governo Lula teve a capacidade de “[...] colocar a questão social no centro do embate político, mas, a despeito disso, será lembrado pela incapacidade de escapar dos impasses do presidencialismo de coalizão” (SAFATLE, 2012, p. 13-14). Em outra chave de análise, Iasi (2006), e com este encontramos afinidade teórica, considera que, tanto o governo, quanto o partido aderiram ao ideário/política neoliberal e produziu um giro ao conservadorismo, em que a negação dos fundamentos históricos do partido e a conciliação de classe dão a tônica do enfrentamento da questão social, da luta de classe.

Arriscamos que os governos petistas reavivaram a visão idílica, do mito da harmonia entre as classes, embora não perdurasse, vindo a perder força com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, quando se inaugura um novo momento do neoliberalismo no país, “[...] adequado aos desdobramentos da crise do capitalismo, que se agudizou nos últimos anos [...]” (BEHRING, 2018, p. 13-14). A nosso ver, as reverberações do *lulopetismo* é parte importante nos contornos do presente.

No entendimento de Braz (2017), o processo de *impeachment* foi uma farsa parlamentar-judicial, que além de significar um atentado à democracia, significa, para as classes dominantes, que é tempo de *uma nova hegemonia*, nos termos do filósofo italiano Antônio Gramsci. Para Braz, nos momentos de transição entre formas hegemônicas, “[...] é comum que formas ‘bonapartistas’ não clássicas sejam úteis [...] uma forma que se valha de elementos fascistas, de uma cultura política fascista, que ataque as conquistas democráticas” (BRAZ, 2017, p. 94). Nessa direção, Filgueiras (2018, p. 530) elucida que esse total ataque às conquistas democráticas, iniciado no Governo Temer, ocorreu com um novo conjunto de reformas neoliberais e a volta do tripé

macroeconômico, qual seja: metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante de forma rígida.

Com o fim da gestão Temer, a eleição presidencial se deu de forma muito peculiar, considerando os extremos partidários, calúnias, divulgação de mentiras, acontecimentos que demarcam a violência que permeiam as relações políticas, externada no assassinato da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, em março de 2018, e muita agitação na sociedade. Nesse sentido, Albuquerque (2019) diz que as eleições de 2018, “[...] evidenciaram um processo de radicalização da política brasileira sem precedentes, desde o início da Nova República” (ALBUQUERQUE, 2019, p. 7).

A inviabilidade eleitoral de uma única candidatura das frações hegemônicas da burguesia, junto a muitos outros fatores, levou à eleição de Bolsonaro, “[...] que cresceu de um lado, no vácuo aberto pela falta de uma alternativa burguesa eleitoralmente viável e, de outro, na difusão do antipetismo, que mobiliza fortemente os setores da classe média desde 2015” (SANTOS, 2019, p. 489). Bolsonaro conseguiu apoio do grupo dos cidadãos *ressentidos* e também do apoio dos militares e de muitos civis que clamavam pelo retorno destes ao executivo.

A reconfiguração do Estado brasileiro pode ser ilustrada pela atual composição da Câmara dos Deputados. Esta casa do Congresso Nacional revela, pelo comando e representatividade dos interesses de maior peso, a composição das classes que dominam o país. Segundo Lowy (2016, p. 57-58), ela é comandada na sua base pela chamada “bancada BBB”: “da ‘Bala’ (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), do ‘Boi’ (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da ‘Bíblia’ (neopentecostais entreguistas)”. Marcelo Braz (2017, p. 89) argumenta que faltam mais dois BB (Bola e Banco), que “representam a ‘cartolagem’ do futebol e o sistema financeiro, a que se soma ainda a ação parlamentar dos representantes de poderosas empreiteiras”.

Além do que acontecia internamente à época da eleição, devemos pensar no panorama internacional de avanço da extrema direita na década de 2010, a exemplo de Donald Trump, nos EUA; Orbán, na Hungria; Erdoğan, na Turquia e Salvini, na Itália. Nesta perspectiva, o afloramento de uma direita populista no Brasil se integrou ao panorama internacional “[...] de crescimento do conservadorismo reacionário de traços fascistas, expondo a face hiper-autoritária do neoliberalismo na atual quadra de crise endêmica do capitalismo contemporâneo” (ALBUQUERQUE, 2019, p. 7). Na análise de Behring (2019), estamos em “[...] semi-bonapartismo, que pode se desdobrar numa ditadura aberta, caso a dinâmica da luta de classes não coloque os freios necessários”.

Seguindo na conjuntura atual, o núcleo econômico do governo tem se movimentado para assegurar a agenda de “contrarreformas”, ditadas desde 2016, acelerando o projeto neoliberal. Uma primeira demonstração disso foi o anúncio de medidas em prol do agronegócio e da exploração mineral “[...] às custas da desregulamentação e do desmonte de mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo” (SANTOS, 2019, p. 490). Mas, o principal movimento deste núcleo em 2019, até hoje considerada a grande missão

cumprida pelo governo, foi a contrarreforma da Previdência, na continuidade da desconstrução da legislação trabalhista⁴.

Junto a isto, vemos a proximidade da concretização de uma Reforma Administrativa, assim como da Reforma Tributária, uma ampla agenda de privatizações e medidas que promovem abertura econômica e o fim da burocracia para conglomerados empresariais, retirando qualquer ilusão sobre o Estado Social. A principal frente do governo em curso é o discurso do enfrentamento da violência, que circunscreve, tanto o elevado número de homicídios no país⁵, quanto os altos índices de criminalidade; no entanto, as medidas de combate defendidas serviram de fomento ao senso comum punitivo e a ideologia penal hegemônica na sociedade, onde são altos os índices de mortes de jovens negros, demonstrando o racismo como ideologia de dominação, nos termos já apresentados por Moura (1994b).

Os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na Nota Técnica Atlas da Violência de 2016, assinala que houve em 2014 o maior número de homicídios já registrados no Brasil, um total de 59.627. O aumento no número de homicídios releva a maior letalidade de jovens negros do sexo masculino. Outro dado alarmante é no tocante as quase 4.800 mulheres vítimas de morte violenta no Brasil, expressão das dinâmicas raciais e sexistas imperantes na sociedade. É uma época de tensão que tem se intensificado ainda mais com o advento da pandemia global do novo coronavírus.

A pandemia instaurou uma crise, chamada por Cardoso (2020) de *corona-crise*, que não se parece com nenhuma outra, uma das mais relevantes da história. O autor parte das análises do economista Nouriel Roubini, para sustentar a tese de que a atual crise supera a Grande Depressão de 1929, em especial na velocidade com que a economia mundial se deteriora. Ele projeta, a partir do diagnóstico da crise, sete tendências gerais na evolução da economia mundial: aumento do endividamento e inadimplência; necessidade de maiores investimentos em sistemas de saúde; risco de deflação; crise no mercado de trabalho; *desglobalização*; aumento das restrições de imigração e comércio; aumento das tensões entre Estados Unidos e China.

No que se refere especificamente ao Brasil, constata-se um somatório de crises simultâneas, que se influenciam mutuamente. Segundo Cardoso (2020, p. 616):

[...] a crise brasileira atual é muito grave, porque sintetiza: a) crise econômica mundial inusitada; b) crise dramática da economia brasileira: país vem de três anos de estagnação, após dois anos de brutal recessão (2015/2016). Recessão muito piorada pelo golpe de Estado de 2016; c) uma pandemia que já é a mais grave do último século; d) crise política aguda, com grande polarização na sociedade (CARDOSO, 2020, p. 616).

Este entendimento encontra-se também em Mattei e Heinen (2020), afirmando a gravidade da atual crise em um quadro econômico nacional, que já se encontrava em degradação. Os dados analisados pelos autores, ainda que exponham somente os primeiros efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro, já mostram um rápido processo de deterioração das condições de emprego e renda no país. Eles supõem que os primeiros indícios desta deterioração virão do

⁴ Para aprofundamento do tema conferir “A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra” (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019).

⁵ Conferir em: CERQUEIRA, Daniel et al. (2016).

crescimento da população desalentada (os que, embora desejem trabalhar, desistiram de buscar efetivamente uma vaga no mercado de trabalho), dada a falta de perspectivas de encontrar emprego em um cenário econômico recessivo. Dentre os grupos de trabalhadores brasileiros mais afetados durante a pandemia estão as mulheres, que ao final de 2019 representavam 93% de todo o emprego doméstico, sendo que dentro deste percentual, 73% não possuíam registro profissional (MATTEI; HEINEN, 2020, p. 666).

Um segundo grupo atingido é composto pela população negra, tanto mulheres como homens, que possuem maior inserção no mercado de trabalho informal. De acordo com o último informativo de desigualdades sociais por cor e raça no Brasil (2019), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): “[...] em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%”⁶. Se por um lado a população negra é maioria dentre os que trabalham nos comércios de rua, atuando como vendedores ambulantes nas grandes cidades, que perderam a fonte diária de renda com as medidas de isolamento social, por outro lado, também são maioria nas atividades que permaneceram funcionando: em setores e serviços de limpeza, entrega de materiais, medicamentos e alimentação, ficando mais expostos à COVID-19 (MATTEI; HEINEN, 2020).

Compreender os contornos históricos que o trabalho assalariado assume – em sua natureza intermitente e marcado pelo fenômeno da uberização (ANTUNES, 2020) – e, por conseguinte, o adensamento da precarização da vida dos trabalhadores e as diversas formas de resistência classista, requisita a depuração da história em ato, o desvelo dos componentes orgânicos e contingentes que formatam a reprodução da “questão social” no tempo presente, em que as velhas formas de exploração e opressão parecem ganhar novas modulações, preservando as agruras de um capitalismo dependente e escravista.

Percebemos que o que emerge na primeira década deste século, “[...] pode ser politicamente pedagógico porque expôs as vísceras do poder do capital no Brasil e mostrou como suas maquinacões intestinais funcionam” (BRAZ, 2017, p.93). O que emergiu e se torna necessária é a vivência política de organização. Essa vivência é encarada aqui como o caminho possível para desnudar as desigualdades brasileiras, tornando-as uma “questão” a enfrentar.

Mesmo durante a pandemia, as ruas vêm sendo ocupadas num crescendo, conquanto não tenha se esboçado um programa nítido e direcionado pela esquerda, para a reconstrução de um patamar civilizatório e de um projeto de país livre de opressões e explorações. Movimentos de trabalhadores, com ou sem a liderança de seus sindicatos, de estudantes e de mulheres vêm resistindo aos desmontes dos direitos trabalhistas, da educação e das políticas públicas. Contudo, a realidade é dinâmica e por certo, a presença de parcelas famintas e raivosas provocará alguma alteração na correlação de forças, que só a história dirá o caminho seguido pela luta de classes, se a questão social será enfrentada politicamente ou descambará na barbárie.

⁶ Conferir em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Os apontamentos aqui expostos indicam a necessária interconexão entre as bases estrutural, histórica e política da questão social, especialmente ao buscar desvendá-las à luz da formação social brasileira, considerando que “[...] o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade” (NETTO, 2011a, p. 45). Nesse sentido, ao tomarmos a questão social como objeto de estudo e como realidade social, buscamos situá-la nos marcos do desenvolvimento capitalista, e na processualidade da sociedade brasileira, estruturalmente erguida sobre uma base escravocrata, colonial e dependente.

Afirmamos que a questão social *em si* é explosiva e recrudescer em suas expressões mais violentas, vivenciadas diariamente pelos estratos mais explorados da classe trabalhadora, expondo modalidades novas das disputas, envolvendo movimentos de sujeitos que expressam as desigualdades raciais e sexuais, denunciando violações de direitos ou a inexistência deles. A tendência que se observa é de degradação das condições sociais de reprodução da classe trabalhadora e de acirramento da luta de classes.

A sociedade brasileira ainda não conseguiu dar um salto de superação das questões que envolvem o governo de características fascistas e a presença do conservadorismo violento, mas diríamos que não está inerte. Os vários segmentos sociais diretamente atingidos pelas ações do Estado hegemônico por forças de direita e de extrema direita têm denunciado a violência contra as mulheres, negros, indígenas, moradores de rua e de favelas. As entidades de defesa de direitos humanos têm denunciado e acionado os meios legais que exigem reparações e responsabilizações. Muito recentemente, vem sendo explicitada a luta de povos *indígenas e originários contra a expulsão de suas terras e denúncia de queimadas criminosas* na Amazônia e no Pantanal, associadas aos capitalistas com interesses especulativos.

Ainda assim, mantemos a esperança de que a saída da crise construa a capacidade de superação de um modelo econômico excludente, que chegue às raízes do drama crônico da desigualdade brasileira, ainda presente neste século XXI. A nosso ver, há que se concluir que a luta por uma outra sociabilidade não prescinde da compreensão deste tempo e do mergulho profundo nos fios que conectam a luta da classe trabalhadora na formação social brasileira e mais ainda, por quais mediações se particulariza e se relaciona o Brasil com o modo de produção capitalista.

Do ponto de vista do Serviço Social, persiste o convite à pesquisa, ao desvelo do cotidiano e das peculiaridades do trabalho profissional, para além do compromisso com a defesa dos direitos sociais e humanos, num processo em que as tormentas e ondas sejam capazes de colocar a história nos ventos de um mundo livre e igual. O nosso grupo tem nessas reflexões um caminho já partilhado, mas, sobretudo, aponta as muitas trilhas a serem desvendadas na continuidade dos estudos e investigações teórico-práticas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. S. Pacote Anticrime E "nova" Lei de drogas: fascistização neoliberal e gestão dos Indesejáveis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais** [...]. Brasília (DF): CFESS, Abepss, CRESS-DF, 2019.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, Elaine. Conferência 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS): **Projetos societários em disputa e suas expressões no Serviço Social.** Brasília (DF): 3 nov. 2019. 1 vídeo (time code: 5h 27min. 30seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TVJJPXxiJgdA&t=2300s>. Acesso em: 31 maio 2021.

BEHRING, E. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Ufes, 2018.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, abr. 2017.

CARDOSO, J. A. de L. A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a “corona-crise”. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 615-624, dez. 2020.

CERQUEIRA, D. *et. al.* **Atlas da violência** 2016. Brasília (DF): IPEA, 2016. (Nota Técnica, n. 17). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

COUTINHO, C. N. A Época Neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Revista Novos Rumos**, n. 49, Marília, pp.117-126, jun. /jul. 2012.

DIAS, E. F. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DRUCK, G.; DUTRA, R.; SILVA, S. C. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-306, ago. de 2019.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Globo, 2005.

FILGUEIRAS, L. **Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual.** **Caderno CRH**. Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, set/dez. 2018.

GORENDER, J. **Escravidão Colonial.** São Paulo: Expressão Popular. Perseu Abramo, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IANNI, O. **Escravidão e Racismo.** São Paulo: Hucitec, 1978.

IANNI, O. A dialética da globalização. In: TEORIAS da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IASI, M. L. **As Metamorfoses da Consciência de Classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Brasília (DF): IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, N. 41). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

LOWY, M. O golpe ponto a ponto; da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55- 59.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro 1. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Prefácio Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 4, p. 647-668, out./dez. 2020.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994a.

MOURA, C. **O racismo como arma ideológica da dominação**. Revista Princípios, 1994b.

NETTO, J. P. Apêndice a terceira edição: Cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAFATLE, V. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três estelas, 2012.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 6).

SANTOS, J. SO enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 484-496, dez. de 2019.

SILVA, I. M. F. da. **Questão social e serviço social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2. ed. Mato Grosso: EDUFMT, 2014.

María Elizabeth Santana BORGES Trabalhou na concepção, delineamento e na redação do artigo. Doutora em Serviço Social pelo PPGSS-UERJ, mestre pelo PPGSS-UFPE. Docente do Curso de Serviço Social da UFBA. Atualmente é conselheira-presidenta do CFESS (2020-2023). Coordena o Grupo de Estudos Serviço Social e Questão Social (UFBA)

Ermildes Lima da SILVA Trabalhou na concepção, delineamento, análise e na redação do artigo. Assistente Social formada pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo pelo PPGNEIM-UFBA. Atualmente é aluna do curso de Doutorado em Serviço Social pelo PPGSS/UFAL. Membro do Grupo de Estudos Serviço Social e Questão Social (UFBA).

Ana Livia ADRIANO Trabalhou na concepção, delineamento e na redação do artigo. Doutora em Serviço Social pelo PPGSS-UFRJ. Docente da Escola de Serviço Social da UFF, Campus do Gragoatá. Membro do Grupo de Estudos Serviço Social e Questão Social (UFBA).

Gabriela Bonfim Silva COUTINHO Trabalhou na concepção, delineamento e na redação do artigo. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS-UFBA. Membro do Grupo de Estudos Serviço Social e Questão Social (UFBA).

Letícia Reis da SILVA Trabalhou na concepção, delineamento e na redação do artigo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESB), cujo Projeto está vinculado ao Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH/UFBA). Membro do Grupo de Estudos Serviço Social e Questão Social (UFBA).

Yasmin de Oliveira Matos AZEVEDO Trabalhou na concepção, delineamento e na redação do artigo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia. Estagiária de Serviço Social na Defensoria Pública do Estado da Bahia. Membro do Grupo de Estudos Serviço Social e Questão Social (UFBA).
